

“Ser” ou “não ser” professora/professor? Eis uma questão em busca de respostas¹

“To be” or “not to be” a teacher? That is a question searching for answers

Liliana Soares Ferreira²

RESUMO

Para este texto, foram analisados três excertos recorrentes nos discursos de noventa e oito professores da região central do estado do Rio Grande do Sul, que participaram de uma entrevista, em que os interlocutores responderam a questões sobre qual é e como se caracteriza o seu trabalho. Categorizados os argumentos e analisados com base, principalmente, na obra Lukacsiana, esteve-se em busca de um entendimento mais aprofundado de uma recorrente resposta que reiterava que o trabalho é “ser professora/ser professor”, aplicada como modo acabado da profissão do qual resulta um ser, diga-se, por percepção semântica, completo, enquanto se acredita haver um contínuo movimento de fazer-se para ser, pois o ser social produz-se cotidianamente. Com base na categoria trabalho, Lukács propôs um entendimento do ser social, explicando-o a partir do trabalho. Busca-se, então, neste texto, um entendimento do ser social, explicando-o a partir do trabalho, considerando aspectos expressos por essa evidenciação do verbo “ser” com possibilidade de um caráter ontológico.

Palavras-chave: trabalho pedagógico; trabalho; escola; trabalho dos professores.

DOI: 10.1590/0104-4060.40948

1 Texto produzido a partir de projeto desenvolvido com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

2 Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Av. Ro-raima, nº 1000. Cidade Universitária – Centro de Educação – Camobi. CEP: 97105-900. E-mail: anaililferreira@yahoo.com.br

ABSTRACT

To this text, we analyzed three applicants' excerpts in the speeches of ninety-eight teachers of the Central Region of the State of Rio Grande do Sul, who participated in the interview in which the speakers answered questions about what is and how their work is characterized. After categorizing the arguments and analyzing them based mainly on the work of Lukács, there was a search for a deeper understanding of an applicant's reply which reiterated that his/her work is “to be a teacher” applied to the profession as a whole from which a being arises, that is to say, by a semantic perception, complete, as it is believed to exist a continuous movement of making yourself in order to be yourself, because the social being produces himself daily. Based on the work category, Lukács proposed an understanding of the social being, explaining it from work. The aim, then, in this text, is an understanding of the social being, explaining it from work, considering aspects expressed by the disclosure of the verb “to be” with the possibility of an ontological character.

Keywords: pedagogical work; work; school; teachers' work.

Introdução

Os discursos dos professores sobre seu trabalho, aos quais irei me referir neste texto, foram produzidos nos últimos dois anos, por ocasião das entrevistas com cerca de uma centena de professores da região central do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de professores do Ensino Fundamental, cujo trabalho é a produção do conhecimento em aula, em meio a dimensões culturais, sociais, econômicas e, por isso, políticas, com as quais e a partir das quais se movimentam. Neste momento, não se fez necessário distingui-los a partir de critérios de gênero, idade, tempo de trabalho ou mesmo cursos realizados. O critério aplicado para convidá-los para a pesquisa foi único e dizia respeito à sua pertença ao mundo do trabalho, como professora ou professor, na rede pública de ensino gaúcha, ou seja, estarem investidos da condição de serem trabalhadores cotidianamente. Para este texto, selecionei três excertos desses discursos, nos quais os interlocutores respondem qual é e como se caracteriza o seu trabalho. “É ser professora/professor” foi a resposta mais encontrada, e argumentam a partir desta resposta reiteradamente evidenciada. Categorizados, a partir da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011), esses discursos foram agrupados em três segmentos, que representam a totalidade dos discursos e sobre eles se apresentam indicadores de análise:

- a) “Eu sou professora/professor” – afirmação peremptória;
- b) “Meu trabalho é ser professora/professor” – subsunção do ser ao trabalho;
- c) “Acima de tudo, eu sou professora/professor” – valoração de si e do trabalho.

No primeiro caso, trata-se de uma afirmação que visa a ser objetivo e por fim à discussão, afinal, se é professor, como pode alguém não saber no que trabalha? No segundo caso, tem-se o fato de ser professor incluir o trabalho como professor. No terceiro, está uma tentativa de autoavaliação, parecendo apelar para o lugar social do profissional que, até a metade do século passado, era de destaque: posso trabalhar como quiser, mas sou professor. Em suma, são recursos discursivos que têm em comum a intenção de reiterar uma crença: se é professor(a), então, se trabalha como professor(a).

Os demais trechos dos discursos, neste momento, não estão sendo considerados, porém, compõem um todo, nos quais se encontram índices reveladores de outros aspectos a serem analisados oportunamente. Recortou-se do material produzido, a partir da transcrição dos discursos, os trechos relacionados aos três segmentos acima referidos.

Os discursos foram produzidos nas escolas onde trabalham os interlocutores, mediante entrevistas, com questões semiestruturadas, e tendo como centralidade temática o trabalho e a profissão dos professores. As entrevistas foram gravadas, transcritas e, após, analisou-se o material, selecionando discursos, comparando-os entre si, suas dissonâncias, concordâncias e repetições. Sobretudo, realizou-se uma análise mais detalhada da categoria trabalho e como são elaborados os sentidos em cada discurso em si e entre os discursos, considerados como material que representa um coletivo: os professores ao dizerem de si, como são integrantes de um grupo maior de profissionais, indicam o que pensam também os demais professores, como exemplifica este trecho das entrevistas:

Hoje, para ser professor, você precisa saber lidar com tudo e precisa buscar tempo para aprender a lidar. Você precisa saber entender o seu aluno que tem pais separados; seu aluno que foi abusado sexualmente; o seu aluno que apanhou vindo à escola. E, para isso, os professores precisam estudar. (PROFESSOR JOSÉ).

Nesse sentido, a análise desses discursos, como processo de conhecimento, considerou serem os professores sujeitos e trabalhadores socialmente constituídos, e perguntou por um sentido, em relação ao seu trabalho e a si próprios

imersos na condição de trabalhadores. Nesta perspectiva, os professores, em mais de oitenta por cento, apresentaram em seus discursos um tom objetivado, revelando, ao mesmo tempo, suas concepções particulares, suas crenças, mas, como todo discurso objetivado, com a possibilidade de esconder aspectos, suscetibilidades, desejos, intenções. A seleção dos vocábulos e dos elementos discursivos foi natural, posto que falar de seu trabalho é falar de si também, porque os seres humanos, em sua condição de humanos, são sociais e em todas as suas ações, conscientes ou não, realizam “[...] ao mesmo tempo, e de modo contraditório, a si mesmo e ao respectivo desenvolvimento do gênero humano [...]”. (LUKÁCS, 1979a, p. 142).

Na tentativa de um primeiro entendimento, para a análise dos sentidos dos discursos dos professores que enfatizam o “ser” em vez do “trabalhar”, escolhi como base teórica a análise dialética, com a qual, a intenção, no trabalho como pesquisadora, é entender os movimentos entre o geral e o particular, entre causas e efeitos, as contradições, destacando considerações e sistematizações relativas à problematização elaborada, citada a seguir, e, sobre esta, apresentando alternativas e possibilidades. Entendo que conhecer a partir destes pressupostos exige uma inserção no real e no teórico, através da compreensão dialética do real como totalidade e do teórico como possibilidade de entendimento, considerando categorias relativas aos movimentos contraditórios e, por isso, histórico, das esferas econômicas e sociais.

No caso específico deste texto, estive em busca de um entendimento mais aprofundado da expressão tão recorrente “ser professora/ser professor”, aplicada como modo acabado da profissão do qual resulta um ser, diga-se, por percepção semântica, completo, enquanto se acredita haver um contínuo movimento de fazer-se para ser, pois o ser social produz-se cotidianamente por meio de seu trabalho. Neste sentido, escolheu-se a ontologia Luckasiana para embasar. Esta ontologia pretendeu ser uma “teoria sobre a subjetividade” e, do mesmo modo, ser uma teoria sobre a intervenção “[...] nas condições objetivas do real ou sobre a relação dialética do sujeito em tensão com a objetividade historicamente constituída”. (TASSIGNY, 2006, p. 29). Nesta perspectiva, para Lukács (1978, p. 08), “[...] o trabalho é um ato de por consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e determinados meios”. Ou, explicado por Tassigny (2006), o trabalho, na perspectiva de Lukács, “[...] é a protoforma do contato do homem com a natureza e com a realidade social, do qual se estruturaram desde as formas mais elementares do pensamento cotidiano até as mais altas expressões espirituais do sujeito”. (TASSIGNY, 2006, p. 34). Com base na categoria trabalho, Lukács propôs um entendimento do ser social, explicando-o a partir do trabalho. E esse

entendimento é base explicativa dos argumentos que se apresentam neste artigo, como se verá nas seções seguintes.

Assim, neste texto, sistematizo até o momento meus estudos. A abordagem apresentada refere-se aos aspectos expressos por essa evidenciação do verbo “ser” com possibilidade de um caráter ontológico. Este verbo de ligação, também considerado absoluto em Língua Portuguesa, pode significar existência, estar existindo. Tal evidência intriga. Por isso, essa escrita. Metodologicamente, trata-se de uma sistematização da análise dos discursos dos professores entrevistados e de pesquisa bibliográfica, a partir da aplicação de técnicas de fichamento e de análise de conteúdo. Entendo a sistematização como um processo de produção do conhecimento. Sistematizar somente é possível a partir de estudo. E toda sistematização encerra um sentido e projeta a necessidade de outros, em um movimento, essencialmente dialético, com vistas à compreensão dos sentidos como evidências dos sujeitos.

Ser ou não ser? Entendimentos de ontologia do ser social

Como já afirmei, há algum tempo, dedico-me a analisar a expressão “ser professora” ou seu masculino equivalente “ser professor”, largamente discursivada. Ao interagir com professores e futuros professores cotidianamente, na universidade e a partir das atividades de pesquisa, propondo pensar sobre qual é e como se caracteriza o trabalho dos professores, não raramente, deparo-me com a seguinte afirmação: “eu sou professora/professor”, quando se pergunta qual é o trabalho desses sujeitos. Sabe-se que, para essa pergunta, afirmar como resposta “é ser professora/professor” diferencia-se de afirmar “eu trabalho como professora/professor”. Há entre essas duas afirmações não somente uma diferenciação semântica, mas epistêmica e filosófica.

O que significa “ser professora/professor” na descrição do trabalho desses profissionais? Tal pergunta pode gerar a errônea expectativa de uma abordagem romântica ou mesmo da listagem de características desses profissionais. Diferentemente, estou mais preocupada em desvelar a aplicação do verbo do que propriamente do substantivo que compõe a expressão: o que significa SER professora/professor? Como uma variação desse infinitivo, pode-se substantivá-lo, acrescentando o artigo “o”. Com isso, obtém-se um nome que designa uma indeterminação, uma palavra “ser” nem sempre suficientemente autoexplicativa. Porém, a palavra “ser” é, ao mesmo tempo, indeterminada e precisa de algo que é. Essa contradição expressa e reitera a necessidade de investigar sobre o

ser, pois representa o nada e o tudo. Portanto, descubro, nessas aporias, que não é uma questão de linguagem somente. É conceitual, epistemológica e, mais, apela para que vá ao âmago da profissão de professora/professor: o que a constitui em si? Será esta implicação do humano demasiadamente humana? Ser professora/professor, então, é simplesmente ser humano? Sendo ser humano já se é potencialmente professora/professor? Para além das explicações sobre vocação, messianismo, há em si a potencialidade de ser professora/professor?³ Ao mesmo tempo, sabe-se que o que faz os professores serem professores é que eles são professores. Porém, nem sempre o foram e nem para sempre o serão. Presentificam-se professores. E presentificam-se, agem no presente, porque trabalham como professores. O trabalho não é o ser. É a manifestação do ser, pela qual age em relação ao ambiente, transformando-o e, assim, produzindo suas condições de existência e sua historicidade.

O termo “ontologia” origina-se do grego: *onta* (ente) e *logos* (teoria). Literalmente, significa “teoria dos entes”. Por ente, pode-se entender qualquer ser, o ser como se apresenta, sobre o qual se pode dizer algo.

Na obra de Karl Marx, o ser é uma categoria presente, porém não aprofundada, sobre a qual gravitam abordagens das relações de produção, do trabalho, do capital. Mesmo na crítica que faz a Feuerbach (MARX, 1974), quando admite que este autor supera a ontologia proposta por Hegel, Marx não considera ter sido explicitado o ser social como ele pensa. Assim, não se encontra o ser social como primordial na obra marxista, mas como categoria subjugada à categoria central de seus escritos, o trabalho, visto como perspectiva teleológica da vida humana. Criticando a concepção idealista de Hegel, através e a partir da obra de Feuerbach, Marx “[...] recupera ontologicamente (conceito de “ente objetivo”) aquilo que Hegel havia dissolvido”. (OLDRINI, 2002, p. 52). Porém, supera Feuerbach, porque destaca a humanidade caracterizadora de cada pessoa, produzida historicamente, na reação à realidade objetiva, ou seja, é ser que trabalha, pois “[...] a objetividade forma a propriedade originária não somente de todos os seres e de suas relações, mas também do resultado do seu trabalho, dos seus atos de objetivação”. (OLDRINI, 2002, p. 53).

Como já referido, a análise ora proposta parte da obra de Lukács, um autor que se propôs a encontrar alternativas para revitalizar o pensamento marxista em uma época em que este pensamento estava sendo questionado por autores

3 Essas referências à vocação e ao messianismo foram recorrentes nos discursos dos professores, como se pode exemplificar: “Acho que não escolheria a profissão pelo salário, não. Tem que ter vocação, porque já tive outra experiência. No curso de graduação já tinha iniciado outro emprego e não deu certo. Não é possível escolher ser professora pelo salário, tem que gostar mesmo.” (PROFESSORA ANA).

com diferentes perspectivas teóricas. Para fazê-lo, Lukács retoma a ontologia e aprofunda a ontologia do ser social:

[...] ontologia fundada e fundante que encontre na realidade objetiva da natureza a base real do ser social e seja, ao mesmo tempo, capaz de apresentar o ser social em sua simultânea identidade e diferença com a ontologia da natureza. (LUKÁCS, 1979c, p. 64).

Para Netto (2002), a despeito das críticas que sofreu a obra e o autor, destacam-se aspectos que considero significativos para a argumentação ora proposta:

- a) Para Lukács, “[...] a categoria fundante do ser social é o trabalho”. (NETTO, 2002, p. 90);
- b) A análise de Lukács tem como categoria central a totalidade. (NETTO, 2002, p. 90);
- c) Lukács distingue a natureza e a sociedade e entende a constituição social como uma dimensão específica do ser. (NETTO, 2002, p. 90);
- d) Para Lukács, o ser social é um ser objetivo, um ser que se objetiva. (NETTO, 2002, p. 90);
- e) Esta objetivação acontece em uma realidade também objetiva: “[...] o complexo movimento das determinações naturais e sociais (exatamente as objetivações acumuladas e em processo) que envolvem e constituem o agir social, teleológico [...]”. (NETTO, 2002, p. 90);
- f) Essas objetivações acontecem na história que é o processo de produção e reprodução das condições sociais. E se estas objetivações são elaboradas teleologicamente, “[...] o processo histórico, em si mesmo, não dispõe de finalismo”. (NETTO, 2002, p. 90).

A teleologia é específica do ser social, permitindo-lhe tornar-se consciente e possibilitando-lhe novas dimensões de objetividade. Tassigny (2006) esclarece que teleologia implica tanto no agir com liberdade como na consideração das “[...] determinações reais de cada situação concreta: quanto mais o sujeito domina certo conhecimento sobre os nexos causais da realidade social, tanto maiores são as chances da efetivação de seus fins”. (TASSIGNY, 2006, p. 33). Então, os sujeitos passam a realizar escolhas e alternativas para além do trabalho, em toda a práxis social.

Em seu percurso discursivo, Lukács (1979b) buscará entendimentos do ser social, recorrendo à dialética, considerando a realidade como composta “[...] pela infinita interação de complexos que têm relações heterogêneas em seu

interior e com seu exterior, relações que são por sua vez sínteses dinâmicas de componentes frequentemente heterogêneos, cujo número de momentos ativos pode ser infinito”. (LUKÁCS, 1979b, p. 108). E esclarece que o ser humano, sendo humano: “[...] é um ente social, segundo o qual, em todo ato de sua vida, reflita-se esse ou não em sua consciência, o homem sempre e sem exceções realiza ao mesmo tempo, e de modo contraditório, a si mesmo e ao respectivo desenvolvimento do gênero humano [...]”. (LUKÁCS, 1979a, p. 142).

Considerando essa compreensão de ente social, talvez a maior dificuldade neste estudo tenha sido selecionar e analisar os elementos revelados pelos discursos dos interlocutores, em uma atitude dialética. Porém, penso ser possível sistematizar entendimentos pautados por validade, se for considerada uma centralidade social organizadora dos indivíduos em sujeitos sociais, o trabalho, tendo sempre como suposto que “[o homem] não pode ser separado – em última análise – de sua totalidade social concreta”. (LUKÁCS, 1979b, p. 81). E Marx (2008), já no prefácio da primeira edição de sua obra maior, *O capital*, adverte:

Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente criatura, por mais que, subjetivamente, se jogue acima deles. (MARX, 2008, p. 18).

Uma abordagem do trabalho, então, deve iniciar desde o entendimento de mercadoria, esse elemento também objetivado e, mais, fetichizado, que contém o trabalho, ou seja, contém o próprio sujeito trabalhador em sua força de trabalho. Dito de outro modo, o trabalho em si é conatural ao ser humano, seu processo natural de produção e autoprodução, porém, transformado em trabalho assalariado, alienado e fetichizado, põe-se a serviço do capital, desconectando-se do ser humano e privilegiando a perpetuação e o aumento do capital, acirrando as relações sociais desumanas em torno deste.

Para Marx (2008), o trabalho é o processo de humanização, na medida em que, através de sua intervenção no ambiente e conseqüente produção, os seres humanos se tornam cada vez mais humanos, com humanas condições de continuar a viver em seu grupo social: “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”. (MARX, 2008, p. 149). Como força natural, o ser humano debate-se em relação a outras forças naturais, “[...] a fim de apropriar-se da matéria natural como uma forma útil

para a sua própria vida”. (MARX, 2008, p. 149). Objetiva modificar a natureza, acabando por modificar também a si próprio. O trabalho é uma característica humana, porque intencional e objetivado. Segundo Marx (2008), os animais denotam fantásticas capacidades de realização de trabalho:

Mas o que distingue de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo na cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. (MARX, 2008, p. 150).

Nessa perspectiva, o ser humano, trabalhador, passa a ser visto também como mercadoria, tornando o trabalho, antes natural, um processo de estranhamento de sua condição humana. Contemporaneamente, vive-se o acirramento dessas relações, observando-se os trabalhadores como seres dissociados do trabalho que realizam, e, não raramente, infelizes por isso. Para Marx (2008), a compreensão do valor implica a compreensão de que dinheiro não é o valor, apenas o representa. Implica entender que “a célula econômica” na sociedade burguesa é a mercadoria, “[...] a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria”. (MARX, 2008, p. 15). E mercadorias são o amálgama entre a matéria natural e o trabalho e, do mesmo modo, são “trabalho humano cristalizado”. (MARX, 2008, p. 72). Nesta perspectiva, o capital contém uma parte do trabalho e sua acumulação “[...] consiste essencialmente no trabalho passado acumulado. Mas os assalariados recebem em valor de troca apenas uma parte da riqueza que eles produzem: seu salário”. (GOUNET, 2000, p. 98). Recebem apenas o necessário para continuar vivendo, o restante fica com os donos dos meios de produção: “É nesse sentido que o capital é trabalho passado acumulado. É acumulação do trabalho gratuito fornecido pelos assalariados e apropriado pelos capitalistas”. (GOUNET, 2000, p. 98).

Ora, se o trabalho é humano, sentir-se estranhado em relação a ele significa estranhar-se com relação à própria condição humana. É o que Marx (2004, p. 09) sintetiza: “[...] o trabalho é uma atividade central na história humana, em seu processo de sociabilidade e mesmo para sua emancipação”. Analisando como essas duas possibilidades, evidenciada no mundo do trabalho, foram desconsideradas recentemente como explicação do social, Antunes (2005, p. 10) concluiu ter sido o motivo pelo qual alguns autores defenderam o fim do trabalho. Entretanto, o trabalho continua sendo referência para se entender o social, e se trata, da mesma forma, de um processo social que, em síntese, é o elemento ontologicamente mais adequado para caracterizar o ser social.

Sabe-se também que as relações mercantis em torno do trabalho têm relevância para se compreender o sujeito ontologicamente social na relação com o trabalho: “Deste modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade”. (LUKÁCS, 1979b, p. 06). Por este motivo, entende-se o trabalho como práxis, como uma “[...] práxis social, na qual, de todo modo – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas – sempre são transformadas em realidade posições teleológicas, em termos que, em última análise, são materiais”. (LUKÁCS, 1979b, p. 06). Por isto, o trabalho é centralidade na explicação do humano e do social, porque pode ser considerado modelo para a compreensão de “[...] outras posições sócio-teleológicas exatamente porque, quanto ao ser, ele é a forma originária” (LUKÁCS, 1979b, p. 06), e porque é práxis social. Obviamente, esta dimensão do social atrela o trabalho a uma formação social. Já na época em que publicou *O capital*, Marx (2008) prescrevia que as mudanças na sociedade capitalista eram inevitáveis: “[...] as classes dominantes já começam a pressentir que a sociedade atual não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processos de transformação”. (MARX, 2008, p. 18).

O trabalho é um modo de produção da vida material e de autoprodução humana na medida em que é a forma concreta pela qual o ser humano intervém e, ao intervir, se autoconcria. Há, no trabalho, essa duplicidade de intervenções sobre o ser humano: a externalização de sua ação de modo concreto e sua revitalização como ser humano⁴. Neste sentido, Lukács (1979a) afirma que, por um lado, o ser humano que trabalha “[...] é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, ‘desenvolve as potências nela ocultas’ e subordina as forças da natureza ‘ao seu próprio poder’”. (LUKÁCS, 1979a, p. 16). Por outro, o objeto produzido, antes de natureza, é agora trabalho materializado com valor de uso:

Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc., existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto,

4 E, no seu modo de compreender-se como “sendo professora”, uma das entrevistadas revela: “[...] eu posso colaborar para fazer esse mundo um pouquinho diferente. Plantar uma sementinha que amanhã trará frutos diferentes do sujeito que nós temos hoje, de um mundo muito capitalista, muito instrumentalista. Então, eu tenho esse objetivo, eu acredito na educação, no comprometimento do ser humano com outro ser humano.” (PROFESSORA MARIA).

através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. (LUKÁCS, 1979a, p. 16).

Desse modo, o trabalho é, além da intervenção consciente do ser humano na natureza, uma condição para que esse ser exista e possa manter socialmente sua sobrevivência, transformando a natureza e, nesse processo, transformando-se também. Esta argumentação coaduna-se com a afirmação de Marx (2008), que o trabalho é “criador de valores-de-uso”, um trabalho considerado útil, fundamental para a existência dos seres humanos, em quaisquer formações sociais, porque “[...] é necessidade natural e eterna de efetivar intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, manter a vida humana”. (MARX, 2008, p. 64).

Uma possibilidade de atribuir sentidos ontológicos ao trabalho dos professores

O trabalho dos professores se expande para além da aula. É impossível saber o alcance que tem, pois acontece na e pela linguagem, essa potencialidade humana que prolonga e pereniza a aula, (re)produzindo-a para além do tempo e do espaço. Uma aula, esse trabalho dos professores, é expansível. Planejada como síntese de desejos e possibilidades de aprender e vivenciada como síntese de momentos individuais e coletivos que, dialeticamente, se potencializam na linguagem. É uma atividade política por excelência, regulada, às vezes, porque imersa em condições políticas mais amplas: a da minimização do Estado, a da colonização do público pelo privado, a das reiteradas imposições que o capital apresenta à educação escolar para obter, a partir dela, trabalhadores cuja força de trabalho seja mais barata. Porém, pode ser também uma atividade criativa, cujas características revelam-na como atividade social, coletiva e impregnada de intencionalidades. Em uma perspectiva ontológica, de acordo com Tassigny (2006, p. 37), a educação e, em decorrência, a aula “[...] pode ser mediação fundamental de sujeitos conscientes, decidindo-se, entre os valores em luta, por aqueles que confirmam o desenvolvimento do gênero humano, na direção da afirmação de uma personalidade autêntica e livre”.

Nesse processo, os professores realizam um trabalho que é intenso, se não árduo, que é produzir historicidades, sua e dos estudantes, conhecimentos e autoconhecimentos, essa produção humana e subjetiva: “O processo de trabalho – fim, reflexo, seleção e busca dos meios, escolha entre alternativas e

decisão – irá demandar o surgimento/aperfeiçoamento de mecanismos sociais de apreensão da gama de conhecimentos acumulada ao longo da história”. (TASSIGNY, 2006, p. 35). A aula, o trabalho central dos professores, em que se manifesta seu projeto pedagógico individual⁵, sua inventividade e sua pertença profissional, é um eterno vir a ser, a ponto de o planejamento ser apenas um anteprojecto, a ser replanejado pelos sujeitos em contínuo, mediante diálogo. Cabe lembrar o que diz Bakhtin (1999), nesse sentido:

Não há uma palavra que seja a primeira ou a última e não há limites para o contexto dialógico (ele se estira para um passado ilimitado e para um futuro ilimitado). Mesmo os sentidos passados, isto é, aqueles que nasceram no diálogo dos séculos passados, não podem nunca ser estabilizados (finalizados, encerrados de uma vez por todas) – eles sempre se modificarão (serão renovados) no desenrolar subsequente e futuro do diálogo. (BAKHTIN, 1999, p. 170).

Entretanto, em um diálogo, por sua dimensão coletiva, nem sempre se diz tudo que se pensa, sente ou deseja. Omite-se. E omitir também é dialogar. Em seu trabalho, os professores, sendo professores, omitem-se, dialogam, emitem juízos, compõem discursos, propõem atividades, enfim, agem em relação aos outros, por meio da linguagem. É a linguagem uma das matérias-primas do trabalho dos professores. Através desse meio, expressam saberes, sistematizando-os, sob a forma de conhecimentos, ou seja, produzem conhecimentos.

O ser e o trabalho

Em suma, o ser existe e, através do trabalho, se representa, produz sua sobrevivência e sua historicidade, na medida em que se autoproduz também.

5 Tenho defendido a necessidade de uma ressimbolização do trabalho dos professores a partir dos sentidos que esses sujeitos atribuem ao seu trabalho. Para tanto, a elaboração de um projeto pedagógico individual pode ser a oportunidade para que os professores se revejam como trabalhadores, reelaborando suas crenças, conhecimentos e o próprio trabalho. Individual porque representa o ser em si, sua historicidade e suas possibilidades. Porém, obviamente, como ser social, o projeto pedagógico evidenciará essa produção dialética que é fazer-se e constituir-se em movimentos entre o individual e o coletivo. Essa escrita necessita acontecer anteriormente à elaboração do projeto pedagógico institucional, sendo este uma síntese de todos os projetos pedagógicos individuais.

Neste sentido, realiza uma espécie de reprodução de si projetada no mundo. Para Lucáks (1981, p. XIV), “[...] a reprodução é a categoria determinante para o ser em geral: ser significa, em sentido estrito, se reproduzir”. Reproduzir no sentido literal, dar a vida, mas como condição ontológica, de reproduzir-se socialmente. É o que explica o autor:

Do ponto de vista biológico os traços fundamentais e elementares da vida são nascer, viver e morrer, ao quais não têm analogia no ser inorgânico, mas são conseqüências diretas deste fato ontológico basilar. Ora, já que o ser social possui como sua própria base insuprimível o homem enquanto ser vivo, é manifesto que esta forma de reprodução também constitui um momento, igualmente insuprimível, da reprodução social. Mas só um momento, já que pela combinação da atividade social dos homens na reprodução da própria vida, que constitui sempre o fundamento de ser de todas as suas formas de cooperação, nascem categorias e relações categoriais completamente novas, qualitativamente diversas que [...] modificam também a reprodução biológica da vida humana. (LUKÁCS, 1981, p. XIV).

O trabalho assume duas modalidades, como labor e como práxis social. No primeiro, o ser humano é visto, inicialmente, como trabalhador, um ser biologicamente organizado para produzir, separado de suas dimensões espirituais. Tal momento é revelador do “salto ontológico” dos animais para os seres sociais, a autoprodução humana, a partir da qual se estabelecem valores e condições sociais. Em perspectiva diferente, o trabalho “[...] constitui o modelo de toda práxis social, porque a relação entre teleologia e causalidade, que é específica do trabalho, é também atuante em outros campos da práxis humana”. (TASSIGNY, 2004, p. 86). Portanto, a práxis social é mais ampla que o trabalho, está baseada nele, mas não pode ser confundida com ele. Ainda, o trabalho revela a presença humana na construção histórica, de modo objetivado. Com o “salto ontológico”, por meio do trabalho, evidenciam-se possibilidades de as capacidades humanas desenvolverem-se, mesmo com recuos e possibilidades, porém convergindo para a elaboração da práxis social. É por esses motivos que labor e práxis social diferenciam-se, pois, nesta, “[...] o sujeito de uma dada projeção jamais tem condições de controlar todos os desdobramentos de suas ações”. (TASSIGNY, 2004, p. 86).

Além de sua dimensão produtiva, o trabalho constitui o ser humano, tanto em sua individualidade quanto em sua socialização, sendo que individualidade e socialização se produzem da e na atividade prática dos seres em seus ambientes

sociais, ou seja, nas inter-relações sociais e com a natureza: “[...] o homem [...] não pode ser separado – em última análise – de sua totalidade social concreta”. (LUKÁCS, 1979a, p. 81). Tal argumento explica que o ser social constitui-se a partir das relações recíprocas estabelecidas em seu trabalho. Então, pelo trabalho, “[...] tornou-se possível ao ser social ir além da mera adaptação passiva ao meio”. (TASSIGNY, 2006, p. 31). Neste sentido, entende-se que o trabalho é fundamental na diferenciação entre o ser natural e o ser social.

Deste modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, de todo modo – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas – sempre são transformadas em realidade posições teleológicas, em termos que, em última análise, são materiais. É claro [...] que não se deve ser esquemático e exagerar este caráter paradigmático do trabalho em relação ao agir humano em sociedade; mas assim mesmo, ressalvadas as diferenças, que são muito importantes, veremos que há uma essencial afinidade ontológica e esta brota do fato de que o trabalho pode servir de modelo para compreender as outras posições sócio-teleológicas exatamente porque, quanto ao ser, ele é a forma originária. (LUKÁCS, 1981, p. 6).

Para Lukács (1979a, p. 01), o ser é explicado a partir do trabalho, que é a sua relação direta com o ambiente, sua participação coletiva, enfim, seu modo de se tornar social. Sendo o trabalho uma ação intencional, planejada, diferenciando o ser humano dos objetos, inclusive dos que produz:

Essa separação tornada consciente entre sujeito e objeto é um produto necessário do processo de trabalho e com isso a base para o modo de existência especificamente humano. Se o sujeito, enquanto separado na consciência do mundo objetivo, não fosse capaz de observar e de reproduzir no seu ser-em-si este último, jamais aquela posição do fim, que é o fundamento do trabalho, mesmo do mais primitivo, poderia realizar-se. Decerto também os animais têm uma relação que se torna cada vez mais complexa e que finalmente é mediada pela consciência com o seu ambiente. Uma vez, porém, que isto permanece restrito ao biológico, jamais pode dar-se para eles, como ao invés para os homens, uma tal separação e um tal confronto entre sujeito e objeto. (LUKÁCS, 1979a, p. 14).

Lukács (2010) considera a “desantropomorfização” como o processo pelo qual se pode ter conhecimento do ser “[...] como ele efetivamente, em si, é, era e permanece sendo [...]” e, ao mesmo tempo, “[...] capacita o ser humano a perceber o mundo como ele é em si, independente dele [ser humano]”. (LUKÁCS, 2010, p. 63). Esse processo somente é possível pela práxis humana, a partir do trabalho. Práxis e trabalho, no texto do autor, são equivalentes. (LUKÁCS, 2010, p. 76).

Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, “desenvolve as potências nela ocultas” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. O homem que trabalha “utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade”. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc., existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão-somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. (LUKÁCS, 1979a, p. 16).

Pelo trabalho e pela práxis o sujeito primeiro se relaciona com o ambiente em atividades cada vez mais propiciadoras de uma ação no social, levando-o a socializar-se. Trata-se de um desenrolar objetivo e subjetivo, originando “[...] as bases de seu ser, das quais a singularidade do ser humano, ainda em muitos aspectos meramente natural, aos poucos pode adquirir caráter de individualidade (social, possível apenas na sociabilidade)”. (LUKÁCS, 2010, p. 78).

No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, 2008, p. 212).

A história, esse processo humano por excelência, tem como “ponto de partida ontológico” o trabalho, entendido, a partir de Marx (2008), como o ele-

mento que determina o “movimento fundamental do ser humano”. (LUKÁCS, 2010, p. 351). O trabalho possibilita a adaptação do ser humano a modos de vida socializados. Ao trabalhar, o ser humano tornar-se social e, ao mesmo tempo, realiza sua práxis social. E o faz mediante a percepção de que é sujeito histórico, inserido no mundo objetivo. Então, o que revelam os discursos dos professores acerca de si como trabalhadores, se, ao responderem sobre seu trabalho, reiteram que “são” professores? Há um sentido de descolamento entre o sujeito, o trabalho e a historicidade? Se afirmativo, como reconstituir essa relação se não através do próprio trabalho?

Considerações finais provisórias

Após essa busca pelo sentido de “ser professora, ser professor”, tendo como base o ser, entendido em perspectiva ontológica, elaboro algumas considerações finais provisórias:

- a) Se, ontologicamente, o ser responde a uma demanda de se produzir no real, no agora, portanto, atende ao imperativo de apresentar-se como ser e como profissional, sendo, ao mesmo tempo ser-em-si e ser-que-produz. Tal imbricação de sentidos parece, até agora, ser um indicativo de uma necessidade de completude, o que supera, aparentemente, a incompletude da profissão em um momento social no qual o capital organiza as relações, afastando, cada vez mais, o ser e o fazer;
- b) Em dizer-se “sou professora/professor”, para responder à pergunta “qual é o seu trabalho?”, os interlocutores da pesquisa denotam associar sujeito e predicado, mesclando o sujeito indelevelmente com sua práxis. Desse modo, criam um trabalho que é o ser e um ser que é o trabalho. Tal criação poderia, inicialmente, ser benéfica, afinal gera a impressão de uma maior implicação entre os professores e seu trabalho. Se analisada mais profundamente, pode denotar dificuldade de os interlocutores apresentarem-se como trabalhadores, seres que produzem, diferenciando-se dos seres que apenas são. Se forem considerados os pressupostos marxistas de que toda práxis é em si evidência do ser, sua produção e autoprodução, mas não é o ser, saber-se-á, então, que a afirmação “sou professora/professor” é diferente da afirmação “sou um ser que trabalha e produz como professora ou professor”, revelando uma percepção, ainda que implícita, da materialidade que alicerça o trabalho, uma materialidade onde o ser vive, mas que não é o ser;

- c) “Não ser” se constitui na negação do ser. Entretanto, não é a omissão, mas pode ser uma denegação, se o ser não o é, ainda que esteja realizando o que é pertinente ao seu emprego, cumprindo o que lhe é demandado, sem, necessariamente, produzir sentidos e entender-se como alguém que trabalha. Portanto, nos discursos não há explícita essa negação. Negar seria contradizer o que alicerça o discurso: “sou professora/professor” e, nesta perspectiva, seria afirmar não trabalhar;
- d) A ontologia, por mais densa e elaborada, talvez não explique totalmente a questão, mas ajuda a pensá-la, tendo como viés a dicotomia entre os sujeitos e a sua produção material. Ainda assim, como prática do pensar, como desafio a estudar outras compreensões é uma rica oportunidade, gerando renovadas problematizações com as quais terei que me haver doravante.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- GOUNET, T. Fim do trabalho, fim do emprego? In: CARRION, R. K.; VIZENTINI, P. F. (Orgs.). *Crise do Capitalismo Globalizado na Virada do Milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, n. 4, p. 1-10, 1978.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social* – os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.
- LUKÁCS, G. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.
- LUKÁCS, G. *A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. Tradução de: COUTINHO, Carlos Nelson. São Paulo: Lech, 1979c.
- LUKÁCS, G. A Reprodução. Tradução de: LESSA, S. In: LUKÁCS, G. *Per una ontologia dell'essere sociale*. Roma: Reuniti, 1981.
- LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*: questões sobre princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARX, K. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, K. *Textos Filosóficos*. Lisboa: Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, 1974.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, R. (Org.). *A dialética do trabalho*. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 9-28.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro I, v. I.

NETTO, J. P. Georg Lukács: um exílio na pós-modernidade. In: PINASSI, M. O. et al. *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 77-105.

OLDRINI, G. Em busca das raízes da ontologia (marxista) de Lukács. In: PINASSI, M. O. et al. *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 49-75.

TASSIGNY, M. M. Ética e ontologia em Lukács e o complexo social da educação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, p. 82-93, jan./abr. 2004.

TASSIGNY, M. M. Diálogos com George Lukács: Para uma Ontologia da Educação. *Revista Humanidades*, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 2006.

Texto recebido em 16 de abril de 2015.

Texto aprovado em 13 de dezembro de 2015.